

A. I. N° - 206991.0010/04-6
AUTUADO - GRAT'S COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA.
AUTUANTE - LEDNALDA REIS SANTOS
ORIGEM - INFAZ IGUATEMI
INTERNET - 09.12.04

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0458-02/04

EMENTA: ICMS. 1. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. a) ENERGIA ELÉTRICA b) SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO. A legislação tributária estadual veda a utilização de crédito de serviços de energia elétrica e de comunicação. Infrações confirmadas. **2. ENTRADA DE MERCADORIA. FALTA DE CONTABILIZAÇÃO. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO.** A falta de contabilização de entradas de mercadorias indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Efetuada correção no demonstrativo de débito. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração lavrado 29/09/2004, exige ICMS no valor de R\$ 1.889,28, em decorrência das seguintes irregularidades:

1. Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS relativo a aquisição de energia elétrica, na comercialização de mercadorias. ICMS de R\$ 280,77 e multa de 60%.
2. Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS relativo a aquisição de Serviço de comunicação utilizado na comercialização de mercadorias. ICMS de R\$ 232,12 e multa de 60%.
3. Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas de mercadorias não registradas. ICMS de R\$ 1.376,39 e multa de 70%.

O autuado ingressa com defesa, fl. 32 e acata as infrações 01 e 02. Quanto à 03, aponta notas fiscais que foram devolvidas e outras que foram registradas no livro Registro de Entrada de Mercadorias. Também que a nota fiscal n° 14124 é de empresa diversa.

O autuante presta a informação fiscal de fls. 43/45, e acata os argumentos da defesa, mantendo na infração 03, os valores relativos às notas fiscais n°s 132.358 e 132.994, pois o contribuinte deveria ter registrado as aquisições e as posteriores devoluções, o que não foi feito.

VOTO

Inicialmente verifico que o Auto de Infração foi lavrado com observância das disposições administrativas regulamentares e se encontra apto a surtir seus efeitos jurídicos e legais.

O autuado reconheceu o cometimento das infrações 01 e 02, no que concordo.

Quanto à infração 03, a defesa apontou que as notas fiscais n^{os} 480323, 483107, 772531, 773676, 5404, 4324, constam no Livro de Entradas, no que concordou o autuante.

O autuado acatou a exigência fiscal no tocante às notas fiscais n^{os} 185043 e 10655, totalizando R\$ 232,46.

Assim, das razões apresentadas pela defesa, entendo que também deve ser exigido o ICMS com relação às notas fiscais n^{os} 132358 e 132994, emitidas pela empresa Adidas, pois foram recebidas pelo autuado e deveriam estar devidamente registradas no livro de Entradas.

Outrossim, não consta a cópia da nota fiscal n^o 185.043, razão porque deve ser excluída da cobrança.

Verifica-se no demonstrativo de fl. 19 que o valor do imposto não foi corretamente calculado, pois deve ser aplicado o art. 60, I, do RICMS/97, que prevê:

Art. 60. A base de cálculo do ICMS, nos casos de presunção de saídas ou de prestações é:

I – Nas hipóteses de saldo credor de caixa, de suprimento de caixa de origem não comprovada, de passivo fictício ou inexistente e de entradas ou pagamentos não registrados na escrituração, o valor do saldo credor de caixa ou do suprimento de origem não comprovada, ou do exigível inexistente, ou dos pagamentos ou do custo das entradas não registradas, conforme o caso, que corresponderá ao valor da receita não declarada.

Deste modo, retifico o demonstrativo, e concluo que as notas fiscais que devem permanecer na infração 03 são:

Mês/Ano	Notas Fiscais	UF	Base de cálculo	Alíquota	Valor do ICMS
29/11/2000	106.505	RS	1.850,40	17%	314,56
14/12/2000	132.358	SP	1.441,92	17%	245,12
15/12/2000	132.994	SP	1.583,76	17%	269,24

Outrossim, o demonstrativo de débito do Auto de Infração assume a seguinte feição:

Data Ocorr	Data venc	Base de cálculo	Alíquota	Multa	Valor ICMS	Infração
28/02/2001	09/03/2001	1.197,00	17	60	203,49	01
31/03/2001	09/04/2001	454,58	17	60	77,28	01
31/01/2001	09/02/2001	1.365,41	17	60	232,12	02
30/11/2000	09/12/2000	1.850,40	17	70	314,56	03
31/12/2000	09/01/2001	3.025,68	17	70	514,36	03
Total		7.893,07			1.341,81	

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206991.0010/04-6**, lavrado contra **GRAT'S COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 1.341,81**, sendo R\$ 314,56, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios e mais R\$ 1.027,25, acrescido das multas de 60% sobre R\$ 512,89 e de 70% sobre R\$ 514,36, previstas no art. 42, VII, “a” e III da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 23 de novembro de 2004.

JOSÉ CARLOS BACELAR - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO - JULGADOR